

## **ATA DA VI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 08 DE JULHO DE 2025**

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois e vinte e cinco, deu-se início, às oito horas e trinta e um minutos, em segunda chamada, à VI Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado, na sede da Casa dos Conselhos Municipais de Educação, situada à Rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação com a participação da Presidente do Conselho, Sílvia Lira, da Vice-Presidente, Mariana Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Alex de Almeida, Martin Sirolli, Cristiane Inoue, Bárbara Haynes e Patrícia Viríssimo. Participaram também os servidores lotados no CME (Conselho Municipal de Educação): Eduardo Peixoto, Maria das Graças Ladislau e Cristiane Carneiro, assessora técnica. A presidente Sílvia Lira deu as boas vindas aos nobres conselheiros e iniciou a reunião solicitando à vice-presidente, Mariana Máximo, a realização da leitura da ata da V Reunião do Conselho Pleno ocorrida em 03 de junho de 2025, conforme previsto no Regimento deste respeitado colegiado. Ata lida e aprovada pelos conselheiros presentes. Em seguida, a presidente Sílvia Lira diz que a pauta prevista para a reunião do pleno de hoje é sucinta e que não temos muitos assuntos a deliberar. Sílvia informa que a conselheira Sheila Aparecida não está presente na reunião devido a questões de saúde e que ela teria uma pauta a discutir, mas não será possível devido à sua ausência. Mariana Máximo segue com a leitura da ata da II Reunião Extraordinária do Conselho Pleno ocorrida em 30/06/2025, que teve como pauta o Fundo Municipal de Educação (FME). A conselheira Cristiane Inoue chega à reunião às 8h57 e, em seguida, a conselheira Bárbara Haynes, às 9h01. Durante a leitura da ata, o conselheiro Alex Almeida pede para alterar o trecho, na ata, que versa sobre a implementação do FME, afirmando que a gestão orçamentária é feita diretamente pela Secretaria Municipal de Educação, Inovação e Tecnologia (SEJIN) e não pelo Prefeito. Inclusão de texto sugerida pelo conselheiro feita. Ata aprovada. A conselheira Cristiane Inoue pergunta como ela tem acesso à ata da II Reunião Extraordinária do Conselho Pleno. Sílvia responde que a ata estará disponível no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (PMAR), na página do Conselho Municipal de Educação. Sílvia pergunta se alguém tem dúvida sobre o FME e Alex de Almeida comenta que seria interessante fazer um repasse sobre que é o FME. Mariana Máximo diz que o FME é fundo onde são alocadas todas as verbas da educação e que, a partir da regulamentação dele, todo ano o CME terá que analisar os investimentos efetuados com as dotações orçamentárias e emitir um parecer técnico. Mariana relata que foi incluído, no parecer técnico entregue à SEJIN, o prazo mais alongado da entrega da prestação ao Conselho para que tenhamos tempo para fazer uma análise mais minuciosa do documento. Enfatiza, ainda, que ratificou no parecer que este órgão tem como responsabilidade participar do planejamento das ações do fundo. Mariana diz, ainda, que o CME precisa ser informado a respeito das obras e investimentos que são entregues pelo poder público, pois é uma forma de acompanhar a implementação das ações previstas no PPA- Plano Plurianual. Neste momento, Cristiane Inoue pergunta se foi mencionado, no Parecer Técnico encaminhado a SEJIN, a meta 17. Alex Almeida diz que os valores recebidos pelo Fundo do ano de 2024, abarcadas somente pelos os *royalties*, não podem ser direcionados para pagamento de professores.

Cristiane Inoue diz que pesquisou e que os *royalties* podem, sim, ser sim usado para pagamento de docentes. Cristiane Inoue solicita, então, que seja incluído no Parecer Técnico, a meta 17. Sílvia diz que não será possível, pois o parecer já foi aprovado pelos conselheiros e entregue à SEJIN. Seu Martin pede esclarecimentos quanto ao Plano Plurianual (PPA) e Alex Almeida explica resumidamente o que prevê o PPA. Cristiane Inoue diz estar chateada, pois a Meta 17 não foi mencionada no parecer técnico e diz que o CME deveria ter incluído essa questão no parecer. Mariana Máximo informa que a Presidente Sílvia Lira mencionou, sim, durante a reunião do dia 30/06/2025, a solicitação da referida conselheira, feita pelo Whatsapp, com relação à meta 17. Sílvia relata que no PPA entrará a meta 17 e todas as outras metas cabíveis. Mariana Máximo diz que as outras metas do Plano Municipal de Educação (PME) também não entraram no parecer. Cristiane Inoue pergunta se a ata da II Reunião Extraordinária do Conselho Pleno de 30/06/2025 será encaminhada junto com o Parecer Técnico. Sílvia diz que será encaminhada, para a SEJIN, a ata e que o parecer foi assinado pelos conselheiros e entregue, no mesmo dia, ao Secretário Executivo Carlos Alexandre. Mariana Máximo complementa dizendo que a SEJIN é quem encaminha o parecer para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), mas não sabemos se a ata será encaminhada junto com o parecer. Cristiane Inoue pede que seja colocado, em votação, o encaminhamento da ata e do parecer juntos para o TCE. Sílvia Lira explica que essa ação não é de nossa competência e que temos limite de atuação. O nosso papel era de produzir o documento, esclarecer e analisar com os conselheiros e recolher suas assinaturas. A SEJIN dará os passos seguintes. Sílvia diz que colocará, no grupo de Whatsapp, as legislações que embasam o FME para que cada conselheiro possa fazer sua leitura e saber o nosso ponto de atuação. Sílvia diz que alguns municípios ainda não instituíram o Fundo. Mariana Máximo afirma que a LDB preconiza que cada município crie e normatize o seu Fundo. Cristiane Carneiro comenta que lidar com esses investimentos requer estudos e pesquisas e que seria interessante se tivéssemos o apoio de uma pessoa formada em contabilidade para nos assessorar nessa análise orçamentária. Em seguida, Alex de Almeida fala sobre a reunião da Comissão de Educação da Câmara Legislativa com o Fórum Permanente de Educação. Comentou que os integrantes do Fórum foram muito bem acolhidos e que foram tratadas duas pautas: recomposição do Fórum Permanente de Educação através de alteração de lei; e Projeto de Lei para prorrogação do PME (2015/2025). Alex de Almeida relata que foi abordada a questão da meta 17 durante a reunião, citando a ausência de posicionamento do governo. Segundo Alex, o município precisa dialogar com a categoria e o GT da meta 17 não é produtivo. Não dá pra aceitar o silenciamento do governo. Mariana Máximo diz que sempre que há possibilidade, mesmo com a ausência da Cristiane Inoue, os conselheiros fazem menção à meta 17 nas reuniões com autoridades. Cristiane Inoue comenta que o Prefeito pediu para ela procurar o Sr. Roberto Peixoto para dialogar e diz que a reunião com ele ocorreu na semana passada com participação de 03 Docentes I, além dela. Cristiane Inoue diz que levou três propostas por escrito para serem implementadas dentro dos prazos estipulados e cita algumas incorporações de outras categorias funcionais da prefeitura que foram realizadas ao longo dos anos. Neste momento, destaco a chegada da conselheira Patrícia Viríssimo a partir das 9h34. Cristiane Inoue enfatiza que a categoria Docente I vem fazendo a sua parte e que falta o Prefeito fazer a dele e afirma, ainda, que, se a meta 17 não for implementada este ano, a categoria vai judicializar e que vai ficar mais caro para a PMAR. Diz, ainda, que não é o caminho que a categoria quer, mas não deixa de ser um caminho possível. A proposta da categoria foi entregue por escrito para o Senhor Roberto Peixoto e, agora, os professores estão aguardando a resposta. Dando continuidade, a vice-presidente Mariana Máximo faz o repasse da visita técnica do CME ao CETI E. M. Alberto Torres, localizada na Ilha da Gipóia. Participaram dessa visita: Cristiane Carneiro, Mariana Máximo e Angela Leone. Mariana destaca que o CME dialogou com a gestora da unidade de ensino e vistoriou o prédio. Seu Martin

diz que a SEJIN esteve na escola e fez a manutenção no telhado, colocando uma espuma para evitar a entrada de morcegos e que, neste momento, estão aguardando o laudo técnico da água. Mariana Máximo comenta que a estrutura da escola (exceto o telhado) é boa, em comparação a outras escolas insulares e que a escola precisa de reparos pontuais. Sobre a parte pedagógica, apontada pelo Sr. Martin nas reuniões anteriores, é possível apontar a necessidade de orientações por parte da SEJIN. Cristiane Carneiro diz que agendaremos com a Secretaria de Educação uma conversa sobre a parte pedagógica e que as questões observadas na visita técnica estão registradas no termo de visita, que já foi encaminhado à SEJIN. Mariana Máximo informa que o CETI E. M. Alberto Torres recebeu, na semana passada, mais uma Auxiliar de Serviços Gerais da Matos Teixeira. Seu Martin diz que observa que a parte pedagógica da escola precisa de uma atenção maior e que trabalhar com multisseriada requer conhecimento e experiência. Mariana Máximo conclui, então, essa questão, dizendo que o CME fará um diálogo com a SEJIN sobre a parte pedagógica da unidade, vislumbrando uma ação mais efetiva. Seu Martin comenta, também, sobre o horário extenso dos alunos, que saem de casa por volta de 7h da manhã e chegam em casa por volta de 16h10 e demonstra preocupação com o desenvolvimento de habilidades esportivas dos estudantes que, na visão dele, não são exploradas como deveriam. Em seguida, Mariana Máximo faz o repasse da reunião do CME com o promotor do Ministério Público (MP), Dr. Leonardo Canônico, resgatando o envio do e-mail que o Conselho realizou para o MP, no fim de 2024, informando as escolas privadas de Educação Infantil que encontram-se em pleno funcionamento, mas sem Portaria de Autorização publicada. Com base nesse e-mail, o Promotor agendou uma reunião com a equipe técnica do CME. O diálogo foi muito proveitoso e esclarecedor. Bárbara chama a atenção para a responsabilidade dos pais, pois eles deveriam procurar saber, antes de fazer a matrícula na rede particular, se a escola está devidamente legalizada e sugere que o Conselho faça uma divulgação para a população acerca de escolas privadas que possuem Portaria de Autorização. Cristiane Carneiro informa que, na página do CME, dentro do sítio eletrônico da PMAR, existe a relação de escolas de Educação Infantil com Portaria de Autorização. Sílvia Lira comenta que o Conselho informou essa situação, também, à Secretaria de Segurança Pública e para o setor de Posturas da Prefeitura. Alex Almeida sugere que o CME procure a assessoria de comunicação da prefeitura para criar *reels*, divulgando a importância dos pais procurarem escolas legalizadas para efetuarem a matrícula de seu filho. Dando prosseguimento à pauta, Sílvia Lira fala sobre o Fórum de Presidentes dos Conselhos Municipais de Educação, ocorrido entre os dias 09/06 e 12/06, que contou com participação também da Vice-Presidente Mariana Máximo e da Walquíria, Presidente da CACs FUNDEB. Sílvia faz uma comparação do Fórum de Presidentes com o Encontro Estadual de Cooperação Técnica sobre os Planos Decenais, destacando as mesas de trabalho, com suas respectivas temáticas e diz que o evento foi bem diferente dos outros que já participou. Mariana Máximo relata que o local escolhido para o Fórum de Presidentes limitava o tempo de participação, pois o espaço era usado para reuniões de outra natureza. Sílvia diz que a pauta solicitada pela conselheira Sheila será abordada na próxima reunião do Conselho Pleno, pois a conselheira está de atestado médico. Mariana Máximo divulga a formatura da primeira turma do Magistério Indígena do Estado do Rio de Janeiro, que será no dia 10/07, na Aldeia Sapukai. Bárbara diz que vem numa tentativa de parceria para realização de acuidade visual dos estudantes da escola da aldeia indígena sem sucesso. Sílvia convida a conselheira Bárbara para participar da formatura, pois já aproveitaria para dialogar sobre a questão. Após as considerações finais, a presidente do CME, Sílvia Almeida Lira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Maria das Graças Ladislau, li e encerro esta ata. Ata lida e aprovada na VII Reunião Ordinária do Conselho Pleno de doze de agosto de dois mil e vinte e cinco.